

Aristóteles

POÉTICA

Tradução, prefácio, introdução, comentário
e apêndices de Eudoro de Sousa

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Aristóteles

POÉTICA

Tradução, prefácio, introdução, comentário
e apêndices de Eudoro de Sousa

7.^a edição

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

Estudos Gerais Série Universitária • Clássicos de Filosofia

DO PREFÁCIO
À PRIMEIRA EDIÇÃO

.....
Facilitar, tanto quanto possível, a directa reflexão sobre o original grego da Poética — eis a obra que quiséramos realizar. A obscuridade da versão mais próxima do texto autêntico e a distância deste à versão mais clara hão-de assinalar por vezes a deficiência do trabalho e a falência do esforço. Mas, quem se proponha vencer esta distância e dissipar aquela obscuridade, bem avaliará a grandeza dos obstáculos que se nos depararam num caminho tanto tempo percorrido, embora tão curto fosse.

Vertido o tratado de Aristóteles no idioma pátrio, dir-se-ia, pois, que cumprida estava a tarefa de reatar, pelo menos neste ponto, o fio da tradição clássica, em Portugal entrecortado pelas inumeráveis instâncias de uma cultura demasiadamente pragmatista.

E, na realidade, bom ou mau que seja o resultado obtido, a segunda intenção que nos moveu foi esta: que a Arte Poética, outrora lida e relida entre nós, no texto grego original e nas famosas paráfrases latinas e italianas do Renascimento, como códice da mais perfeita técnica da epopeia e da tragédia, voltasse agora a ser lida e relida, em texto português, como a grande obra de ciência e de erudição que na verdade é.

Que a grandeza da Poética deixou de medir-se pela validez e rigor dos cânones que impusera à dramaturgia humanista — eis o que ficou demonstrado pela “hamburguesa dramaturgia” de Lessing e pela actividade poética de

todas as escolas românticas. Mostrar, porém, que nas poucas páginas deste livro temos de fundamentar o enunciado, e das mesmas páginas teremos de extrair a solução de alguns dos mais importantes problemas da poesia antiga — tal foi o inestimável contributo da filologia novecentista para a definitiva reabilitação de Aristóteles como “fonte” da história da literatura grega.

Pelas precedentes considerações se explica, de certo modo, a paradoxal estrutura deste volume. Dizemos “paradoxal”, pois que o leitor menos familiarizado com a imensa bibliografia da especialidade talvez encontre bem compreensível motivo de estranheza, no facto de a própria versão não ocupar metade sequer das páginas que à “Introdução” e aos “Índices” foram destinadas; enquanto, pelo contrário, talvez se dê o caso de que algum mestre de filologia clássica logo de início se detenha perplexo ante a ausência de minucioso comentário apenso ao texto vertido.

Como prévia advertência acerca da estrutura deste livro, a uns e outros nos permitimos dizer que, embora a leitura da Poética exija um mínimo de anotações que esclareçam os lugares obscuros e completem as lições truncadas, nem todos os leitores carecem dos mesmos esclarecimentos e dos mesmos complementos. Preferimos, por conseguinte, usar de índices, a que algum leitor recorrerá, chegado ao limite da sua capacidade de esclarecer ou de completar, mediante o próprio esforço e os próprios conhecimentos, o sentido da lição aristotélica, ao emprego de “notas”, decerto utilísimas, mas que desviam a atenção e incitam à divagação para domínios estranhos àquele em que se desenvolve o pensamento do Estagirita.

Aliás, a inteligência daquela parte, por assim dizer, nuclear, e que consiste na exposição de uma teoria de efabulação trágica (cf. Introdução, caps. I e III), resulta sem grande dificuldade da simples leitura, atenta e meditada. Trata-se, designadamente, dos capítulos em que o Filósofo estabelece as regras a que deverá obedecer a composição dos argumentos, “se quisermos que a poesia resulte perfeita”. Essas regras, se bem que já não exerçam a “perene e

universal” função normativa, que o Humanismo renascente lhes atribuiu, mantém ainda, e apesar de toda a insatisfação e insubordinação das escolas românticas e subsequentes, o alto valor indicativo das características de uma época, na história da poesia, e das determinações do respectivo conceito, no sistema de Aristóteles. Através dessas regras, podemos e devemos procurar, ainda e sempre, responder às seguintes interrogações: “Que era a tragédia no tempo de Aristóteles?” e “como via Aristóteles a tragédia, no seu tempo?”.

O leitor dará a sua resposta, sem que para tal necessite de mais palavras que não sejam as do mesmo Filósofo.

Por outro lado, de modo mais ou menos explícito, também se encontram entretecidos nas malhas da argumentação estética os resultados de uma investigação histórica. E não só entretecidos; como que anotados à margem da lição principal da Arte Poética, a que acima nos referimos, esses resultados são hoje, talvez, os que mais importa considerar, entre todas as fugazes indicações que a Antiguidade nos legou, acerca da origem e desenvolvimento da tragédia grega. Tão importante e tão considerável é essa lição “marginal”, que nenhum teorizador da literatura poderá dispensar-se de regressar ao ponto em que Aristóteles a deixou inscrita, para tentar, depois, reconstituir os diversos momentos da sua própria problemática. Pode-se dizer que a data da publicação do Héracles de Wilamowitz, senão a da Origem da Tragédia de Nietzsche, assinala o início de uma época, que ainda não terminou, em que todos os problemas da origem e do desenvolvimento do género dramático foram enunciados e resolvidos, e terão de continuar a sê-lo, em relação a Aristóteles, pró ou contra o enunciado e a solução que o Filósofo mal deixa entrever nas páginas da sua Poética.

Eis por que dedicamos a maior parte da Introdução ao difícil mister de apontar e sublinhar as mais viventes articulações deste diálogo da moderna filologia com a parte do ensino de Aristóteles e da sua escola, que à história da tragédia se refere. Decida-se o estudioso pela credibilidade ou

pela incredibilidade dos resultados da investigação histórica inaugurada no Liceu — não importa; importa sim, relevar aqui outro testemunho da perene actualidade de Aristóteles e outro sinal da profunda originalidade da Poética, como fonte da história da literatura grega.

*
* *
*

A presente versão baseia-se principalmente no texto grego editado por Augusto Rostagni: Aristotele Poetica, Turim (Chiantore), 2.ª ed., igualmente distante da sobrevalorização do Parisinus (Bywater) e da Versão Árabe (Gudeman). Para a tradução dos passos mais difíceis e interpretação das lições dúbias ou truncadas, consultámos os trabalhos de J. Hardy, A. Gudeman, I. Bywater, M. Valgimigli e F. Albergiani. Sempre que foi possível utilizámos a anónima versão portuguesa do século XVIII.

.....

POÉTICA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E CRÍTICA LITERÁRIA EM ARISTÓTELES. A POÉTICA E OS ESCRITOS CONGÊNERES

MANUSCRITOS MEDIEVAIS. PRIMEIRAS EDIÇÕES IMPRESSAS

Pela Idade Média, mais preocupada com problemas lógicos e metafísicos, a Poética passou quase despercebida. Num ramo greco-semítico da tradição, paráfrases de Avicenas e de Averróis compendiam uma versão árabe, conservada na Biblioteca Nacional de Paris (cod. ar. 882a), de Abu Bishr Matta (século XI), baseada no texto siríaco do século VII, de que resta apenas um fragmento, e num ramo greco-latino, situam-se as versões latinas de Hermann (Hermanus Alemanus) de Toledo, feita sobre uma paráfrase de tradição árabe, e de Guilherme de Moerbeke, sobre um apógrafo (perdido) daquele mesmo códice, do qual também deriva o famoso *Parisinus 1741*.

Jorge Valla (1498) e Aldo Manuzio (1508) serviram-se de alguns manuscritos que ainda existiam nas bibliotecas e arquivos de Paris, Florença e Roma. As sucessivas edições, até princípios do século XIX, pouco alteraram a *Aldina*. Quem se proponha confrontar com as actuais esta edição, protótipo de todas quantas se produziram nos séculos humanistas, nem precisa recorrer ao original grego; com-

pare, por exemplo, a anónima versão portuguesa, editada em Lisboa, em 1779, e a espanhola, impressa em Madrid, em 1798, da autoria de Joseph Goya y Muniain, com a inglesa de Bywater, a alemã de Gudeman, a italiana de Albergiani ou de Valgimigli, ou a francesa de Hardy, e bem avaliará as mutilações e as deformações que sofrera o texto da *Poética*, só verificadas depois da descoberta do *Parisinus*.

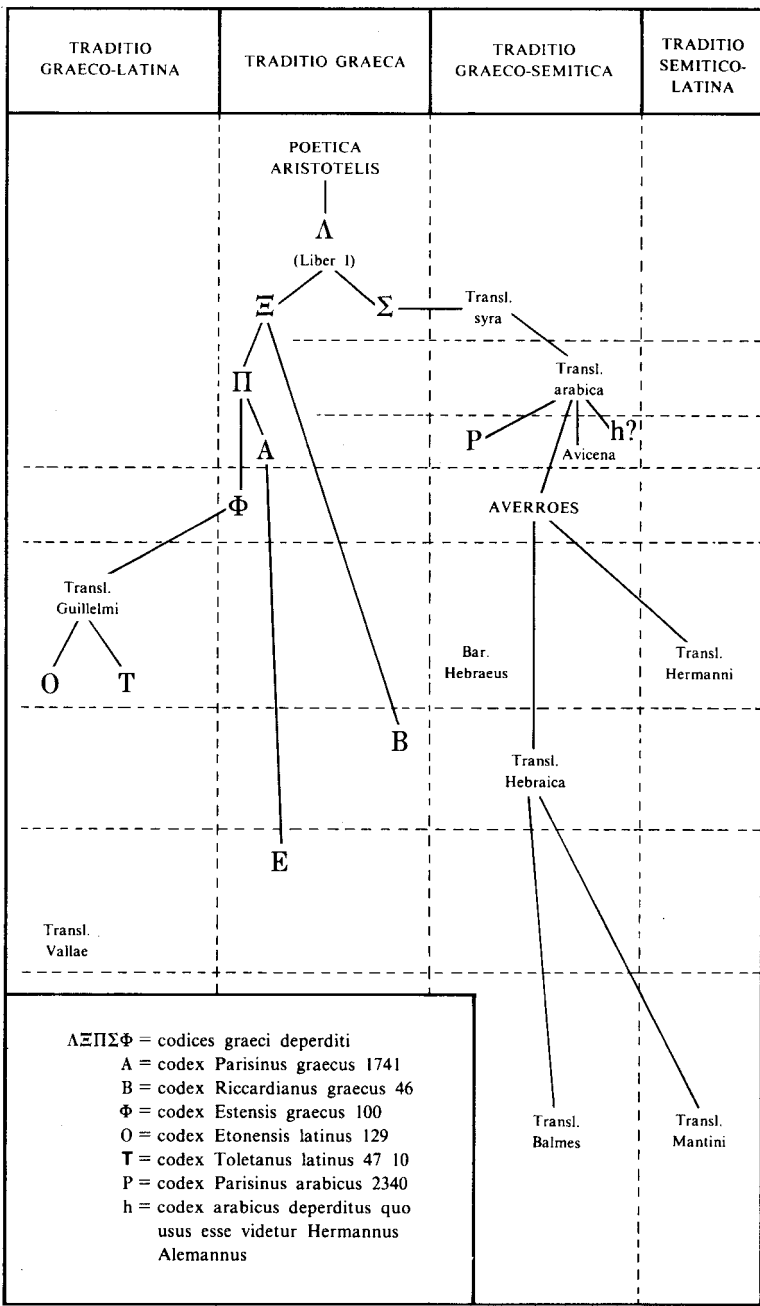
Colacionado por Bekker para a edição da Academia de Berlim, o altíssimo valor deste manuscrito não tardou que fosse universalmente reconhecido, e todas as edições que se seguiram — as de Ritter, Susemihl, Vahlen, Christ, Bywater — baseiam-se neste códice bizantino, que data de fins do século X, ou princípios do XI. Na opinião do último dos editores mencionados, todos os outros manuscritos seriam apógrafos do *Parisinus*, e as melhores lições que apresentam deveriam ser consideradas como emendas ou acréscimos conjecturais dos humanistas.

A reputação privilegiada deste manuscrito manteve-se intacta e intangível até os primeiros decénios do nosso século. Todavia, em 1887, publicara o orientalista D. S. Margoliouth, sob o título *Analecta Orientalia ad Poeticam Aristoteleam*, o texto da versão árabe com a versão latina de algumas passagens, ensaiando já a tese que, mais tarde, em 1911, no seu *Aristotle on the Art of Poetry*, ficaria plenamente demonstrada: alguns dos manuscritos do Renascimento, considerados apógrafos do *Parisinus 1741*, representam, na realidade, outro ramo da tradição. Com efeito, na segunda das mencionadas obras de Margoliouth, pelo minucioso confronto dos manuscritos gregos com o da versão árabe, imediatamente se revela a importância excepcional do *Riccardianus 46*, por isso que continham, tanto este como aquele, numerosas variantes que os filólogos do século passado supunham que não passassem de conjecturas dos renascentistas. Além disso, constava do *Riccardianus* um período que falta no *Parisinus*, por erro do copista, que consiste em omitir a frase ou frases intercorrentes entre palavras iguais (“homoioteleuton”), no caso presente, o

vocábulo τόξον (“arco”). As quatro linhas ausentes do *Parisinus* e transcritas na versão árabe, cuja tradução latina é a seguinte: “nam arcum quidem dixit, quod non posset quiquam alius, et dixerat illud poeta, in narratione etiam quae venerat de illo narratum est de re arcus quod certo sciturus erat quod non vidisset” — correspondem aproximadamente a um período homólogo do *Riccardianus*, pelo que se demonstrava a independência desse códice, e de alguns outros da mesma família, em relação ao *Parisinus*, que durante um século gozara do mais incontestável prestígio. É este, pois, um dos mais flagrantes exemplos da doutrina crítica, segundo a qual nem sempre “recentiores” significa “deteriores”.

O *Parisinus* (sigla A), o *Riccardianus* (sigla B) e a *Versão Árabe* (sigla Ar) constituem, por conseguinte, os elementos fundamentais da tradição manuscrita, no estado actual dos nossos conhecimentos paleográficos, embora não possamos affectá-los do mesmo coeficiente valorativo. O *Parisinus* é o códice mais completo e menos corrupto; o *Riccardianus*, se bem que mutilado — pois começa por alturas da página 1448 (Bekker), com uma lacuna de 1461 *b* 3 a 1462 *a* 17 —, representa, todavia, um ramo que se insere na tradição em data, pelo menos, três séculos anterior à redacção do *Parisinus*, e, como dissemos, corrige-o e completa-o em muitos lugares. Quanto à *Versão Árabe*, o papel que ela pode desempenhar na crítica textual da *Poética* é considerável; quando por mais não seja, pela “credencial” que outorgou ao *Riccardianus*, pois a tão diversa índole do pensamento e do idioma, grego e árabe, decerto não permite prosseguir no imoderado intento de Margoliouth, que pretendia, mediante a poética arabizada, atingir, quase diríamos, a *Poética* do Liceu.

A história do texto impresso e das traduções em língua latina e em idiomas modernos divide-se também pelas três épocas da tradição manuscrita, limitadas pela descoberta do *Parisinus* e a reabilitação do *Riccardianus* mediante a *Versão Árabe*.



Ante Saec. X
 Saec. X
 S. XI
 S. XII
 Saec. XIII
 Saec. XIV
 Saec. XV
 Saec. XVI

Na primeira, situam-se todas as edições a partir de 1508, quando, em Veneza, Aldo Manuzio imprimiu o texto presumivelmente estabelecido por Lascaris, até 1831, data em que foi publicada em Berlim a edição de Bekker. Na segunda, sucedem-se as grandes edições críticas, baseadas na recensão do *Parisinus*: além da edição de Bekker, contam-se, entre as mais notáveis, as de Ritter (1839), Susemihl (1865) e Vahlen (1868), sendo esta a mais valiosa, mercê do aprofundado estudo crítico do códice fundamental que contém. Embora mais recente, a edição de Bywater (1909), por menosprezo da *Versão Árabe* e do *Riccardianus* (é o último testemunho de respeito “supersticioso” defronte a um “codex optimus”), agrupa-se com as precedentes. Enfim, na terceira época, iniciada pelos estudos de Margoliouth, merecem especial menção as edições de Rostagni (1.^a 1927, 2.^a 1945), Hardy (1932) e Gudeman (1934).

As traduções viriam a sofrer, naturalmente, as mesmas vicissitudes da tradição manuscrita e da edição impressa.

VIDA DE ARISTÓTELES

Embora a presente “introdução à *Poética*” não seja, nem pretenda ser, uma “introdução a Aristóteles”, motivos que por si mesmos se hão-de manifestar na sequência nos levam a inserir neste ponto um breve esboço da biografia do filósofo. Felizmente, a *Epístola* de Dionísio de Halicarnasso *ad Ammaeum* (§ 5) assinala, com louvável sobriedade, os sucessos da sua vida, e somente aqueles que, após o estudo tão luminosamente revelador de Werner Jäger (*Aristoteles*, cf. *Bibliografia*), nos aparecem justamente como as fases que mais importa considerar, desde que nos proponhamos seguir a evolução interna do pensamento aristotélico.

Nascido em 384 a.C., na cidade de Estagira, colônia fundada pelos calcidenses da Eubeia, Aristóteles era filho de Nicómaco, médico que se orgulhava de descender do próprio Asclépio, e que já havia assistido, outrora, a um rei de

Macedónia: Amintas II. Por morte do pai (366 a.C.), o jovem veio estabelecer-se em Atenas, e, ao que afirma Dionísio de Halicarnasso (ou a sua fonte), “recomendado a Platão”. Mas também é lícito acreditar que, aos dezoito anos, Aristóteles já teria atingido suficiente maturidade para se decidir entre a Academia *filosófica* de Platão e a Escola *retórica* de Isócrates. Em todo o caso, parece assegurado que desde aquela data até à morte de Platão (348 a.C.), isto é, durante vinte anos, o filósofo escutou as lições do mestre iluminado, assim como as do grande matemático que foi Eudoxo de Cnido, e as de Espeusipo, que viria a ser o primeiro exiliarca da Academia, por morte do seu fundador. Talvez decepcionado pela eleição de Espeusipo, emigrou Aristóteles para Asso, na costa da Anatólia, onde, anos antes, se haviam estabelecido alguns discípulos de Platão, patrocinados por Hermias, tirano de Atarneu. Aí residiu três anos, ao fim dos quais lhe foi dado assistir a um dos lances mais dramáticos da conjura macedónica contra o império persa. Hermias governava um Estado, a cujas leis, por sua iniciativa generosa, não seriam estranhos os ensinamentos da *Politéia* utópica, mas ao qual, por outro lado, o Persa teria consentido em dar bastante liberdade para recensear um corpo de mercenários relativamente poderoso. Quando o Grande Rei se apercebeu de que ali, nos confins do Império, começava como que a guarda avançada dos exércitos da Macedónia, conseguiu apoderar-se arditosamente de Hermias e crucificá-lo em Persépolis. Mas não obteve, nem pela tortura, que o tirano de Atarneu lhe revelasse o segredo de Filipe e de seus aliados. Não sabemos que parte Aristóteles e a pequena academia de Asso teriam desempenhado na conjura, mas o certo é que o filósofo, mais uma vez, teve de emigrar, agora para Mitilene, em Lesbo, casado com Pítias, sobrinha de Hermias. Em 343 a.C., responde ao chamado de Filipe, que o elegera para preceptor de seu filho, Alexandre. É de presumir que, já então, o filósofo ganhara, por seus escritos, a notoriedade que determinou tão honrosa eleição. Oito anos permaneceu na corte de Pela, instruindo o futuro dominador

de todo o mundo helenizado, precisamente na leitura do “educador da Hélade”: Homero. Após a morte de Filipe e no decurso dos acontecimentos que colocaram Alexandre no trono da Macedónia com dezanove anos de idade, Aristóteles regressou a Atenas (335 a.C.), onde permaneceu à testa do *Perípato* até ao dia em que o súbito falecimento do real discípulo (323 a.C.) deixava o filósofo à mercê dos revolucionários atenienses, que entraram de perseguir todos os acusados ou suspeitos de “colaboracionismo” macedónico. Refugiado em Cálcide, na Eubeia —aquela mesma cidade donde provinham seus avós maternos—, veio Aristóteles a falecer um ano depois (322 a.C.), com sessenta e três anos de idade.

TRADIÇÃO ARISTOTÉLICA NA ANTIGUIDADE

Sobre o problema da tradição aristotélica, isto é, acerca dos livros que a tradição atribui a Aristóteles, os dados de que dispomos são os seguintes:

A) Catálogos de escritos, que, em última análise, ascendem a Hermipo de Esmirna, discípulo de Calímaco, que, por sua vez, o foi de Praxífanos (I. Düring, *Aristotle in the ancient bibliographical tradition*, 1957), ou a Aríston, escolarca do Liceu a partir de 228 a.C. (P. Moraux, *Les listes anciennes des œuvres d'Aristote*, 1951). Destas atribuições podemos concluir que as obras alistadas nos catálogos ainda existiam no século III a.C. Ora, obras tais, exceptuadas algumas (não muitas) que se identificam com livros ou secções dos livros que constam do actual *Corpus Aristotelicum*, verifica-se pertencerem, na maioria, a duas classes de escritos; a) os “dados à publicidade” (ἐξωτερικοί, ἐκδεδομένοι), como o *Eudemo*, o *Protréptico*, *Da Justiça*, *Dos Poetas*, etc., e b) os “Hypomnémata” ou “Compilações”, como *Vencedores Olímpicos*, *Vencedores Píticos*, *Vitórias Dionísicas*, *Didascálias*, *Problemas Homéricos*, *Constituições*, etc.

B) Por outro lado, com Aspásio, Ático e, sobretudo, Alexandre de Afrodísias, tem início no século II da nossa era aquela intensa actividade exegetica sobre o texto de Aristóteles, que transpôs os confins da Antiguidade e da Idade Média (*Commentaria in Aristotelem Graeca*, ed. pela Academia Régia da Prússia, Berlim, 1882 e segs.). Mas, todos estes trabalhos incidem no texto do *Corpus Aristotelicum*, que ainda hoje possuímos na sua maior parte, e, como é sabido, este não contém as obras mencionadas na alínea precedente: os comentadores antigos e medievais, mesmo os mais sábios e eruditos, pouco ou nada conhecem dos exotéricos ou hipomnemáticos, e o pouco, ao que parece, só por via indirecta de citações.

Eis-nos, por conseguinte, perante duas épocas do aristotelismo antigo, ou — o que é mais notável e surpreendente — defronte a dois Aristóteles: um *Aristóteles da época helenística* (dos séculos III-I a.C.) e um *Aristóteles da época romana* (do século II d.C. em diante), não havendo outra inferência a extrair do facto, senão esta: em incerta data, nos três séculos que medeiam entre Hermipo e Aspásio, veio a lume uma nova edição de Aristóteles que rapidamente suplantou a antiga. Cícero, cuja produtividade literária se situa a meio caminho entre os dois extremos assinalados, é a mais eloquente testemunha do acontecimento, pois, sendo certo que, em sua obra, se denunciam vestígios do conhecimento (directo ou indirecto) de escritos do *Corpus*, mais certo é que o Aristóteles do grande escritor latino é o “Aristóteles Helenístico”, não aquele que, cinco gerações após, seria o único a dominar a tradição aristotélica (v. O. Gigon, *Cicero und Aristoteles*, «Hermes», 87 [1959], págs. 143 e segs.).

A *Cave de Scépsis* (Strab. XIII 1, págs. 608-9; Plut. *Sylla*, 26; Athen. 5, pág. 214 D) é a “razão” lendária do inexplicável destino dos livros aristotélicos que compõem o *Corpus*. Neleu, discípulo de Aristóteles e de Teofrasto, que teria herdado do primeiro escolarca do Liceu todos os livros que lhe pertenciam e, juntamente, os de Aristóteles, levou-os para Scépsis (Ásia Menor) e confiou-os a seus

familiares, gente rude, que ignorou o alto valor do depósito, até o dia em que os reis de Pérgamo os cobijaram para sua biblioteca, rival da alexandrina. Nessa altura, quando os livros de Aristóteles e de Teofrasto, já danificados pela humidade e roídos pelas traças, mofavam na cava em que os amontoaram, surgiu um tal Apélicon, “mais bibliófilo do que filósofo”, que os comprou aos herdeiros de Neleu, por elevado preço. Mas, ao transcrever os textos, Apélicon tão incorrectamente preencheu as lacunas e emendou as corruptelas, que a sua edição, espoliada por Sila (86 a.C.), após a conquista de Atenas, havia de celebrar o nome do gramático Tirânion (discípulo de Dionísio da Trácia e, portanto, o primeiro filólogo da escola de Aristarco, domiciliado em Roma), que, sendo verídica esta parte da História, decerto teria de devotar o melhor de sua vida a estabelecer um texto fidedigno dos escritos acroamáticos.

Se, efectivamente, foram Sila e Tirânion quem revelaram a Roma (e, por conseguinte, a todo o mundo antigo) os textos da Escola, não admira que escritores da época, de quando em quando, mostrem conhecer uma ou outra página do “novo Aristóteles” — nomeadamente Cícero, que é o primeiro testemunho da *Ética Nicomaqueia*. Mas, como dissemos, até o século II, o Aristóteles que predomina é o helenístico.

Depois da notícia fugaz, inserta no *de finibus* (V 12), no século II Aulus Gellius (XX 5,1) nos informa mais pormenorizadamente acerca das diferenças *internas* entre o Aristóteles da época helenística e o Aristóteles da época romana: “commentationum suarum... artiumque, quae discipulis tradebat, Aristoteles philosophus duas especies habuisse dicitur... ἀκροατικά e ἐξωτερικά...”

Ora, na perspectiva pela reedição de todos os fragmentos do “Aristóteles perdido” e, por consequência, através do reconhecimento da dicotomia — obras exotéricas ou publicadas, e textos ou sumários de lições proferidas no mais restrito âmbito da escola —, tornou-se flagrante certa oposição entre mestre e discípulo. Com efeito, de Platão res-

tam todos ou quase todos os escritos “exotéricos” (o que talvez não pouco tenha contribuído para eliminar, da tradição, os congêneres escritos de Aristóteles); mas do Estagirita, salvo a *Constituição de Atenas*, só os “acroamáticos”. E ainda se dá o seguinte: enquanto, no conjunto da obra de Platão, se distinguem três períodos, cujos limites a moderna crítica fixou com relativa segurança e de modo que, com raras exceções, não subsistem dúvidas a respeito da atribuição de um ou outro diálogo a esta ou àquela época da sua vida de mestre e pensador — muitas vezes é ainda questão aberta a de saber, com satisfatório rigor, quais as obras, ou quais as partes, em cada uma das obras de Aristóteles, que correspondem a um ou outro período do seu magistério filosófico.

Tal é, em poucas palavras, a “Questão Aristotélica”, vagamente prenunciada por Werner Jäger, em 1913, no seu especializadíssimo trabalho acerca da composição da *Metafísica*, e, dez anos depois, precisamente enunciada e amplamente divulgada, pelo mesmo autor, em um dos mais preciosos livros da inesgotável bibliografia do aristotelismo.

CRONOLOGIA DOS ESCRITOS DE ARISTÓTELES

Das pesquisas histórico-filológicas de Jäger, resultaria para a cronologia dos escritos aristotélicos a articulação periódica que passamos a expor.

1. *Período Ateniense* ou “*Acadêmico*”: Diálogos (perdidos), salvo o *De philosophia* e o *Protrepticum* (exotéricos); formação da doutrina contida nos tratados lógicos e na *Retórica*; princípios fundamentais da *Física*, consignados nos livros I, II e VII (ideia de finalidade, matéria e forma, potência e acto); *De caelo* I; as partes mais antigas da *Política* (livro II cc. 2 e 3) e o livro III do *De anima*.

2. *Período de Asso, Lesbo e Macedônia*: os livros mais antigos da *Metafísica* (I, V, XI e XII, exceptuado o c. 8, cc. 9 e 10 do XIII e todo o XIV); *De philosophia* (“exotérico”), contemporâneo do livro I da *Metafísica*; *Eth. eud.*;

livros II, III, VII e VIII da *Política*; *De caelo* (excepto o livro I) e *De gen. et corrupt.*

3. *Período do Liceu ou da “organização da pesquisa científica”*: em geral, todas as obras de carácter histórico e biológico; *Meteor.*; *De anim.* I e II; *Parva naturalia*. Nestes anos de actividade magistral, à frente dos filósofos, historiadores e naturalistas do Liceu, Aristóteles estabelece as bases de uma grandiosa *suma*, que vemos realizar-se nos anos sucessivos, pelo menos no que concerne à História da Ciência (Teofrasto: História da Física; Eudemo: História da Matemática; Ménon: História da Medicina). É também, neste período, que Jäger situa a revisão da teoria do primeiro motor, que consta do c. 8 do livro XII da *Metafísica*, e, de acordo com as novas tendências empíricas da escola, os livros IV, V e VI da *Política* (cuja redacção se basearia nos materiais das *Constituições*); e, por conseguinte, também a *Ética nicomaqueia*, que, como “fenomenologia da vida moral”, corresponderia à “fenomenologia da vida política”, desenvolvida naqueles três livros da *Política*; finalmente, os livros VII, VIII e IX da *Metafísica*, com o VI, que lhes serve de introdução (doutrina da substância).

A ideia de “desenvolvimento interno”, que presidiu à elaboração desta tese renovadora, explica, com um mínimo de pressupostos, inúmeras contradições que a crítica novecentista já havia denunciado pela análise do extenso *Corpus Aristotelicum*, e, em primeiro lugar, os que radicariam nas diversas atitudes do filósofo — desde a velada oposição até à ostensiva polémica — defronte a Platão ou a seus sucessores na Academia. Restrições e objecções, em especial as dos neo-escolásticos de Louvain, incidem com particular vigor nas tendências que, após Jäger, vieram a lume, para demasiado evidenciar o “empirismo” do Liceu (III período) e, portanto, para debilitar o valor tradicional do testemunho aristotélico, quanto à perenidade da *Metafísica*. No entanto, é certo que não há página em seu *Aristóteles*, onde Jäger afirme que o filósofo alguma vez tenha desistido da especulação metafísica; quando muito, o que se

Μυσταν, MÍΣΙΑ
Μυσοῖς, MÍΣΙΟ

Νεοπτόλεμος, ΝΕΟΠΤÓΛΕΜΟ
Νικοχάρης, ΝΙCÓCΑRΕS
Νιόβην, ΝÍΟΒΕ
Νίπτρα, ΒΑΝΗΟ

Ξενάρχου, ΧΕΝΑRCO
Ξενοφάνει, ΧΕΝÓFΑΝΕS

Ὀδύσσεια, ΟDΙSSEΙΑ
Ὀδυσσεύς, ΟLΙSSES
— ἐν τῇ Σκύλλῃ, ΟLΙSSES
— τραυματίας, ΟLΙSSES
— ψευδάγγελος, ΟLΙSSES
Ὀιδίπους, ἘDΙΡΟ
Ὅμηρος, ΗΟΜΕRΟ
Ὀπούντιος, ΟΡΟΝΤΕ
Ὀρέστης, ΟRΕSΤΕS

Παρνασσῶ, ΡΑRΝΑSΟ
Πάυσων, ΡÁUSON
Πελοποννήσῳ, ΡΕLΟΡΟΝΕSΟ
Πηλεύς, ΡΕLΕU
Πινδάρου, ΡÍΝDΑRΟ
Πολύγνωτος, ΡΟLΙGΝΟΤΟ
Πολύιδος, ΡΟLΙΙDΟ
Ποσειδῶνος, ΡΟSÍDΟΝ
Προμηθεύς, ΡΡΟΜΕΤΕU
Πρωταγόρας, ΡΡΟΤÁGΟRΑS
Πύθια, ΡÍΤΙΟS

Σαλαμίῃνι, SΑLΑΜΙΝΑ
Σθενέλου, ΕSΤÉΝΕLΟ
Σικελία, SΙCÍLΙΑ
Σίνων, SÍΝΟΝ
Σίσυφος, SÍSΙFΟ
Σκύλλαν, CΙLΑ
Σοφοκλῆς, SÓFΟCΛΕS
Σωκρατικούς λόγους, SΟCΡÁΤΙ-
CΟS
Σωσίστρατος, SΟSÍSΤRΑΤΟ
Σώφρονος, SÓFRΟΝ

Τεγέας, ΤΕGΕΙΑ
Τηλέγονος, ΤΕLÉGΟΝΟ
Τηλέμαχον, ΤΕLÉΜΑCΟ
Τήλεφον, ΤÉLΕFΟ
Τηρεῖ, ΤΕRΕU
Τιμόθεος, ΤΙΜÓΤΕΟ
Τρωάδες, ΤΡΟΙΑΝΑS
Τυδεῖ, ΤΙDΕU
Τυροῖ, ΤΙRΟ

Φθιώτιδες, ΦΤΙÓΤΙDΑS
Φιλοκτήτης, ΦΙLΟCΤΕΤΕS
Φιλόξενος, ΦΙLÓΧΕΝΟ
Φινειδαίς, ΦÍΝΙDΑS
Φορκίδες, ΦÓRЦИDΑS
Φόρμις, ΦÓRΜΙS

Χαιρήμων, ΧΕRÉΜΟΝ
Χιωνίδου, ΧΙΟΝÍDΑS
Χοηφόροις, ΧΟÉFΟRΑS

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>DO PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO</i>	7
--	---

POÉTICA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I— <i>HISTÓRIA E CRÍTICA LITERÁRIA EM ARISTÓTELES. A POÉTICA E OS ESCRITOS CONGÊNERES</i>	13
Manuscritos medievais. Primeiras edições impressas	13
Vida de Aristóteles	17
Tradição aristotélica na antiguidade	19
Cronologia dos escritos de Aristóteles	22
A “Arte Poética” e o diálogo “Dos Poetas”...	26
O problema dos “Exotéricos”	27
A tese de Wieland.....	28
Valor geral dos testemunhos fragmentários ...	31
Estrutura original da <i>Poética</i>	32
Conteúdo original da <i>Poética</i>	35
Os escritos congêneres	38
Credibilidade histórica da <i>Poética</i>	44
CAPÍTULO II— <i>A ORIGEM DA TRAGÉDIA</i>	49
1. O problema morfológico ou filológico ...	49
Os problemas e os dados históricos.....	49
O desenvolvimento morfológico da tragédia.	52
A tese de Kranz. O “epirremático”	55

2. Da morfologia do poema trágico à fenomenologia da representação dramática. A “lição histórica” de Aristóteles, perante os testemunhos tradicionais	59
Os testemunhos do “ditirambo” e do “sátirico”	60
Téspis: Origem da tragédia na Ática	64
3. O problema fenomenológico da representação dramática	66
A omissão da causa	66
Culto de Dioniso ou culto dos heróis?	70
A lamentação fúnebre	74
Primeira conclusão	77
 CAPÍTULO III — A ESSÊNCIA DA TRAGÉDIA	 81
O satírico e o contraditório	81
“Excursus” teológico	84
A lição principal da <i>Poética</i>	86
De Górgias a Aristóteles	90
A contradição implícita na lenda heróica	94
O herói trágico e a trágica reconciliação	97
O mistério da catarse	98

TRADUÇÃO

I — Poesia é imitação. Espécies de poesia imitativa, classificadas segundo o <i>meio</i> da imitação	103
II — Espécies de poesia imitativa, classificadas segundo o <i>objecto</i> da imitação	105
III — Espécies de poesia imitativa, classificadas segundo o <i>modo</i> da imitação: narrativa, mista, dramática. Etimologia de “drama” e “comédia”	105
IV — Origem da poesia. Causas. História da poesia trágica e cômica	106
V — A comédia: evolução do género. Comparação da tragédia com a epopeia	109
VI — Definição de tragédia. Partes ou elementos essenciais	110
VII — Estrutura do mito trágico. O mito como ser vivente	113
VIII — Unidade de acção: Unidade histórica e unidade poética	114
IX — Poesia e história. Mito trágico e mito tradicional. Particular e universal. Piedade e terror. Surpreendente e maravilhoso	115

X — Mito simples e complexo. Reconhecimento e peripécia..	117
XI — Elementos qualitativos do mito complexo: reconhecimento e peripécia	118
XII — Partes quantitativas da tragédia	119
XIII — A situação trágica por excelência. O herói trágico	119
XIV — O trágico e o monstruoso. A catástrofe. O poeta e o mito tradicional	121
XV — Caracteres. Verosimilhança e necessidade. <i>Deus ex machina</i>	123
XVI — Reconhecimento: classificação de reconhecimentos	125
XVII — Exortações ao poeta trágico. Os episódios na tragédia e na epopeia	127
XVIII — Nó e desenlace. Tipos de tragédia, classificação pela relação entre nó e desenlace. Estrutura da epopeia e da tragédia	128
XIX — O pensamento. Modos de elocução	130
XX — A elocução. Partes da elocução	131
XXI — A elocução poética	133
XXII — A elocução poética: críticas à elocução nos poemas homéricos	135
XXIII — A poesia épica e a poesia trágica. As mesmas leis regem a epopeia e a tragédia. Homero	138
XXIV — Diferença entre a epopeia e a tragédia, quanto a episódios e extensão	140
XXV — Problemas críticos	142
XXVI — A epopeia e a tragédia. A tragédia supera a epopeia ...	146
Comentário	149

APÊNDICE I

Fragmentos de História e Crítica Literária

I. Exárchon	195
II. Ditirambo	196
III. Aríon	198
IV. Antigas etimologias de “Tragoidia”	200
V. Oydèn pròs tôn Diónyson	204
VI. Sátyroi = Trágoi?	204
VII. Pratinas	205
VIII. Téspis	205
IX. Poéticas ante-Aristotélicas	209
X. Aristóteles: o diálogo ΠΕΡΙ ΠΟΙΗΤΩΝ	213
XI. Aristóteles: a Catarse	218
Anotações	221

APÊNDICE II

Nota acerca da História da Filologia
Grega na Antiguidade

Nota bibliográfica	237
Período pré-alexandrino	238
Período alexandrino	245
Período pós-alexandrino	254

APÊNDICE III

Distribuição dos Argumentos Trágicos
pelos Ciclos Mitológicos Tradicionais

I. Ciclo Épico	259
II. Os mitos de Dioniso	262
III. Argonáutica	262
IV. Mitos de Argos	262
V. Mitos de Hércules	263
VI. Mitos da Ática	263
VII. Argumentos de várias proveniências	263
VIII. Argumentos de proveniência incerta	264
IX. Argumentos extraídos da História	264
Resumo	264

APÊNDICE IV

Lista das partes Lírico-Epirremáticas
que Ocorrem no Texto das Tragédias Conhecidas,
segundo Diehl (artigo "*Kommoi*", da R. E.)
e Reiner (*Totenklage*)

Ésquilo	265
Sófocles	265
Eurípides	266

<i>BIBLIOGRAFIA</i>	267
---------------------------	-----

ÍNDICE ANALÍTICO DA POÉTICA

1. Português	275
2. Grego	288

ÍNDICE ONOMÁSTICO

1. Português	293
2. Grego	310